



ECONOMIA | 4



Na CPI da Dívida Pública, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, apontaram bons resultados na política econômica. Mantega adiantou ainda que pedirá ao presidente Lula o veto a qualquer aumento acima de 6,14% nas aposentadorias.

MOVIMENTOS SOCIAIS | 8



Deputados e o representante do Movimento dos Sem Terra, João Pedro Stédile, defenderam, na Comissão de Legislação Participativa, políticas sociais e econômicas para a população do campo. Segundo Stédile, "a simples distribuição de terra" não atende mais aos interesses do MST.

Câmara aprova prazo menor de contribuição para aposentadoria de pessoas com deficiência

Também foi aprovada a liberação, prevista na MP 480, de R\$ 1,37 bilhão do Orçamento para socorrer vítimas de chuvas e secas ocorridas no início do ano

Página 3

RODOLFO STUCKERT



Permissão para governo fazer doações humanitárias vai ao Senado

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 737/07, do Executivo, que permite ao governo federal fazer doações de caráter humanitário para outros países, sem necessidade de consulta ao Congresso. Podem ser doados recursos financeiros e bens móveis, como alimentos e remédios. Atualmente, o Congresso precisa autorizar cada doação, que é feita pelo Executivo por medida provisória. O projeto segue para o Senado.

A proposta autoriza o Executivo a proceder a ações humanitárias internacionais, para fins de interesse social, de modo a prevenir, proteger, preparar, evi-

tar, reduzir, mitigar sofrimento e auxiliar outros países ou regiões que se encontrem, momentaneamente ou não, em situações de emergência, de calamidade pública, de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários de sua população.

As doações em espécie, realizadas a título de ações humanitárias internacionais, e as despesas decorrentes da aplicação dessa proposta correrão à conta das dotações orçamentárias constantes em programação específica.

Polêmica - A votação da proposta vinha sendo adiada pelo fato de o relator, deputado **José Maia Filho (DEM-**

PI), ter sugerido a rejeição. A comissão acabou aprovando voto em separado do deputado **José Genoíno (PT-SP)**, que passou automaticamente a ser considerado relator da proposta.

Maia Filho argumentou que a proposta era inconstitucional porque a Constituição define como competência exclusiva do Congresso resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ao patrimônio nacional. “A fiscalização do Congresso não vai atrapalhar a doação que porventura o Brasil vier a fazer, até porque existe o instrumento da medida provisória em caráter

de emergência”, declarou.

Genoíno, por sua vez, disse que a doação do governo brasileiro se destina a diminuir o sofrimento humano e se trata de ação direta, não de um acordo ou tratado. Outros deputados afirmaram que as doações são atos unilaterais, não bilaterais, como os acordos.

“Não é inconstitucional o projeto de ajuda humanitária. Ele é preciso, explicita todas as restrições, não está tirando competência do Congresso”, disse Genoíno. Para ele, a proposta mantém a tradição da diplomacia brasileira de solidariedade internacional em casos de emergência e calamidade pública.

agenda

QUINTA-FEIRA
15 DE ABRIL DE 2010

Copa de 2014

A Comissão de Fiscalização Financeira debate, com os responsáveis pela organização da Copa de 2014 nas cidades-sedes, os atrasos nas obras e as medidas necessárias para mudar essa situação. Plenário 13, às 10h

Abuso de autoridade

A Comissão de Segurança Pública discute os crimes de abuso de autoridade (PL 6418/09) e o uso da força ou de arma de fogo no exercício da atividade policial. Plenário 10, às 10h

Visita oficial

O presidente da República Popular da China, Hu Jintao, realiza visita oficial ao Congresso Nacional. Salão Nobre, às 16h30

50 anos do Congresso Nacional em Brasília



LUIZ ALVES

Dois eventos marcaram ontem o início das comemorações, na Câmara, dos 50 anos do Congresso Nacional em Brasília.

No auditório da TV Câmara, com a presença do 1º vice-presidente da Casa, deputado **Marco Maia (PT-RS)**, foi lançado o documentário “Brasília - Projeto Capital”, que traz depoimentos de pessoas que vieram para Brasília durante a construção da cidade, contando as dificuldades enfrentadas com a mudança. O vídeo cita também alguns personagens da História brasileira, como Tiradentes e José Bonifácio, que já haviam pensado na transferência da capital para o interior do País.

No corredor de acesso ao Plenário, foi aberta a exposição “Brasília 1957: uma Saga do Século XX”, com 111 fotos inéditas assinadas pelo fotógrafo sueco Åke Borglund, que registrou os primeiros movimentos da construção da nova capital.



GILBERTO NASCIMENTO

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente: **Michel Temer (PMDB-SP)**

1º Vice-Presidente
Marco Maia (PT-RS)
2º Vice-Presidente
Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)
1º Secretário
Rafael Guerra (PSDB-MG)
2º Secretário
Inocêncio Oliveira (PR-PE)
3º Secretário
Odair Cunha (PT-MG)
4º Secretário
Nelson Marquenezelli (PTB-SP)

Suplentes
Marcelo Ortiz (PV-SP), Giovanni Queiroz (PDT-PA), Leandro Sampaio (PPS-RJ) e Manoel Junior (PSB-PB)
Ouvidor Parlamentar
Mario Heringer (PDT-MG)
Procurador Parlamentar
Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)
Diretor-Geral
Sérgio Sampaio de Almeida
Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor
Pedro Noleto

Editoras
Maria Clarice Dias
Renata Tórres

Diagramadores
Guilherme Rangel Barros
José Antonio Filho
Roselene Figueiredo

Ilustrador
Renato Palet
Editor de fotografia
Reinaldo Ferrigno

Editora-chefe
Rosalva Nunes

Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - 70160-900 Brasília DF
jornal@camara.gov.br | Fone: (61) 3216-1660 | Distribuição - 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Deputados reduzem tempo de contribuição para trabalhadores com deficiência

Eduardo Piovesan

A Câmara aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 277/05, que permite às pessoas com deficiência se aposentarem com menos tempo de contribuição para a Previdência Social. A matéria será analisada ainda pelo Senado. O texto aprovado unanimemente por 324 deputados é o de uma emenda de autoria do deputado **Ribamar Alves (PSB-MA)**, relator do projeto pela Comissão de Seguridade Social e Família.

O presidente Michel Temer elogiou o autor do projeto, ex-deputado Leonardo Mattos. "Espero que ele esteja feliz com a aprovação desse projeto", afirmou.

Para se aposentar com um tempo menor de contribuição, os segurados terão de comprovar que possuíam a deficiência durante todo o período contributivo. No caso de deficiência moderada, os homens poderão se aposentar com 27 anos de contribuição e as mulheres com 22 anos. São três a menos que a regra atual. Se a deficiência for grave, a redução será de cinco anos: 25 anos de contribuição para o homem e 20 anos para a mulher.

Caso o segurado adquira a deficiência após a filiação ao regime geral da Previdência, os tempos diminuídos serão proporcionais ao número de anos em que o trabalhador exerceu atividade sem deficiência e com deficiência.

Grau leve - Ribamar Alves explicou que, a pedido do governo, a deficiência leve não teve redução, porque não causa impedi-



O texto aprovado ontem pelo Plenário foi o de uma emenda do deputado Ribamar Alves, relator do projeto pela Comissão de Seguridade Social e Família

mentos e dificuldades que justifiquem tempo menor de contribuição. Segundo o relator, um regulamento especificará o grau de limitação física, mental, auditiva, intelectual ou sensorial, visual ou múltipla que levará à classificação do segurado como pessoa com deficiência. O regulamento também definirá em que grau (leve, moderada ou grave) cada deficiência será enquadrada.

O texto aprovado já especifica, entretanto, que a deficiência deverá restringir a capacidade funcional para exercer diariamente uma atividade laboral.

Idade - A aposentadoria por idade também poderá ser requisitada com cinco anos a menos que a idade exigida atualmente, de 65 anos para homem e 60 anos para mulher. Tanto o homem quanto a mulher com deficiência deverão ter contribuído um mínimo de 15 anos, devendo comprovar essa condição durante todos esse tempo.

Em todos os casos de aposentadoria es-

pecial, o grau de deficiência será atestado por perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a cada cinco anos. No caso de agravamento da doença, o segurado poderá pedir uma perícia em tempo inferior a cinco anos. Isso garantiria a mudança de enquadramento de deficiência moderada para grave, por exemplo.

Renda mensal - A renda mensal das pessoas com deficiência aposentadas por tempo de contribuição será de 100% do salário-de-benefício. Na regra geral, o aposentado recebe 70%, podendo atingir o total se trabalhar mais cinco anos.

No caso da aposentadoria por idade, o provento a receber será de, no mínimo, 70%, mais 1% a cada 12 meses de contribuição. Esse método deve-se ao fato de que a contribuição mínima exigida da pessoa com deficiência é de 15 anos na aposentadoria por idade. Portanto, o segurado que tiver contribuído mais receberá mais.

Líderes não chegam a acordo sobre reajuste de aposentadorias

As lideranças da Câmara e do Senado não chegaram a acordo sobre o índice de reajuste das aposentadorias de valor acima de um salário mínimo. Os líderes reuniram-se ontem à tarde para discutir a Medida Provisória 475/09, que tranca a pauta da Câmara e estabelece aumento de 6,14%. A matéria deve ser votada na Câmara no próximo dia 27. O líder do governo e relator da MP, deputado **Cândido Vaccarezza (PT-SP)**, defende um índice de 7% e tem o apoio do PR, com ressalvas; já partidos como PDT, PSB e PCdoB querem um reajuste de 7,71%; e o DEM e o PSDB falam em índice ainda maior. Qualquer um dos valores que for aprovado será retroativo a 1º de janeiro.

Na semana passada, senadores governistas e representantes dos aposentados negociaram o índice de 7,71%. Em plenário, Vaccarezza afirmou que não mudará sua posição. "Peço que os líderes reflitam, pois o relatório que apresentarei é favorável a um índice de 7% e recusarei todas as emendas com índice superior", afirmou.

O deputado **Pompeo de Mattos (PDT-RS)**

havia dito antes, também em plenário, que os líderes tinham definido o índice de 7,7%. Segundo o vice-líder do PDT **Paulo Pereira da Silva (SP)**, se o governo insistir nos 7%, será derrotado. Vaccarezza afirmou, porém, que, caso o Congresso aprove os 7,7%, "só restará ao presidente Lula vetar o reajuste". Ele lembrou que um aumento de 16,66% aprovado em 2006 (na MP 288/06) para os aposentados que ganham acima de um salário mínimo foi vetado por Lula em plena campanha pela reeleição.

O líder do DEM, **Paulo Bornhausen (SC)**, afirmou que apresentará emenda em plenário pedindo índice de 9%. "Esse índice representa uma reposição que os aposentados não tiveram nos últimos sete anos e que podem ter neste momento, com a arrecadação do governo crescendo", ressaltou.

Divergências - O líder da minoria, **Gustavo Fruet (PSDB-PR)**, apontou divergências no governo, citando que, enquanto Vaccarezza falava no índice de 7%, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendia também ontem, na CPI da Dívida Pública

da Câmara, o reajuste de 6,14%.

O líder do PSDB, **João Almeida (BA)**, lembrou que o governo Fernando Henrique Cardoso deu ao aposentado aumento real de 18,81% ao longo de oito anos, enquanto o governo Lula, entre 2003 e 2009, deu apenas 3,5%. **Daniel Almeida (PCdoB-BA)** rebateu os dados de Almeida: "há muito tempo o aposentado não tem ganho real; não teve com FHC e Lula só agora tomou a decisão de recuperar as perdas das aposentadorias", sustentou. O líder do PPS, **Fernando Coruja (SC)**, disse que a fonte para elevar as aposentadorias poderia sair do PAC. "O absurdo valor de R\$ 1 trilhão que o governo anunciou para o PAC daria para pagar os aposentados por 300 anos", comparou.

Líder do PDT, **Dagoberto (PR)** informou que seu partido fechou com o reajuste com base nos 80% do PIB, que equivale a 7,71%. Já o líder do PR, **Sandro Mabel (GO)**, defendeu o aumento de 7%, "casado" com o compromisso de dar ao aposentado, no Orçamento da União para 2011, um novo aumento real.

Aprovado socorro de R\$ 1,37 bi a vítimas de chuvas e secas

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória 480/10, que libera R\$ 1,37 bilhão do Orçamento de 2010 para socorro a vítimas de chuvas e secas ocorridas no começo do ano no Brasil. Editada duas semanas após o terremoto de janeiro no Haiti, a MP também concede crédito para o atendimento às vítimas do tremor nesse país. A matéria, que foi relatada pelo deputado **José Aírton Cirilo (PT-CE)**, segue agora para o Senado.

Do total de R\$ 1,37 bilhão, a maior parte (cerca de R\$ 600 milhões) destina-se às ações de três ministérios (Cidades, Integração Nacional e Agricultura) nos municípios brasileiros atingidos pela estiagem ou pelas fortes chuvas.

Entre as ações de socorro, estão a recuperação de áreas danificadas e de estradas vicinais destruídas e a construção ou reconstrução de casas para a população de baixa renda afetada.

O Ministério da Integração Nacional, que coordena ações de Defesa Civil em casos de desastres, enviou cestas básicas, agasalhos e abrigos para as pessoas atingidas.

Para o Haiti, o dinheiro financiou o envio de barracas de material impermeável, colchonetes, travesseiros, lençóis e cobertores, além de recursos para transporte e armazenagem desse material. Em forma de transferência direta, a MP libera R\$ 35,3 milhões ao país. Para o reforço das ações de pacificação e socorro, o Ministério da Defesa contou com R\$ 205 milhões. O dinheiro deve financiar as ações extras surgidas após o desastre e para substituir os equipamentos perdidos com o terremoto; também será usado para reconstruir as bases de operação brasileiras. Outros R\$ 600 mil estão previstos para financiar os serviços de inteligência brasileiros na coordenação do esforço de ajuda.

A MP destina também R\$ 384 milhões ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para compensar perdas provocadas pela crise financeira internacional. As perdas ocorreram devido à queda de arrecadação de impostos federais por causa da diminuição do consumo e da concessão de incentivos fiscais. (EP)

Mantega: dívida está controlada e não representa mais um problema

JANINE MORAES

Marcello Larcher

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem, na Câmara, que o País vive um novo momento, em que a dívida pública não atrapalha a realização de investimentos e programas sociais. Ele ressaltou que os empréstimos feitos hoje financiam investimentos, e não custeio de contas, como acontecia no passado. “A situação do País é muito diferente, estamos no grupo dos credores, e não dos devedores, e não existe ingerência dos banqueiros internacionais na nossa política econômica”, afirmou o ministro em audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública, na qual foi ouvido também o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Os deputados **Ivan Valente (Psol-SP)** e **Paulo Rubem Santiago (PDT-PE)** questionaram Mantega sobre a emissão de títulos da dívida pública indexados por altas taxas de juros definidos pelo setor privado. Valente disse que é preciso saber onde estão esses títulos, e uma auditoria poderia demonstrar que estão nas mãos de bancos privados.

Para Santiago, o problema é que os próprios bancos definem a taxa básica de juros, por sua influência sobre o Comitê de Política Monetária (Copom). “Onde foram parar as pessoas que ocuparam vagas no Copom há 10 anos? O mercado é ouvido para saber qual a taxa de juros, mas eles ganham com altas taxas, isso não é mais possível”, criticou.

Juros altos - Mantega reconheceu que os juros estão altos, mas disse que as taxas são as menores possíveis para as renegociações da dívida, caindo de 9,5%, em 2002, para 5,4%, em 2010, descontada a inflação. “É alto? Acho que ainda é alto, mas estamos com juros muito mais baixos que no passado”, comparou.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, explicou que há uma relação entre a estabilidade da economia e a redução da dívida. O sistema de metas de inflação, o câmbio flutuante, as reservas internacionais, o superávit e a própria diminuição da dívida reduzem o risco de investimentos no País e, assim, reduzem também o prêmio de risco na economia brasileira, que eram os juros altos do passado, explicou. “Isso é resultado de um conjunto de políticas, e política econômica deve ser medida, na nossa



Mantega e Meirelles, ao lado presidente da CPI, deputado Virgílio Guimarães, destacaram a redução da dívida pública em relação ao PIB

opinião, pelos resultados. O aumento de empregos e o crescimento do PIB e dos investimentos mostram que ela está funcionando”, avaliou.

Perfil da dívida - Mantega e Meirelles mostraram dados sobre a queda gradual da dívida em relação ao PIB, mas Mantega frisou que a qualidade da dívida é o dado mais importante, porque o Brasil sempre teve débitos de curto prazo, e esse perfil mudou.

Ele ressaltou que, em 1995, mais de 40% da dívida brasileira era externa e, atualmente, não chega a 12%, o que protege o País contra as variações do câmbio. Da mesma forma, cresceu a participação de títulos de longo prazo, que chegaram a 13% de juros, e estão agora a 5,8%, com papéis de até 30 anos.

Cálculo questionado - O relator da comissão, deputado **Pedro Novais (PMDB-MA)**, criticou a utilização do cálculo da dívida líquida pelos representantes do governo. Para ele, o cálculo, que desconta da dívida as reservas externas, “doura a pílula” e desvia atenção para os mais de R\$ 1,3 trilhão em débitos do Estado brasileiro. Novais disse que vai propor em seu relatório a adoção do resultado bruto como parâmetro para medir o endividamento. “Tudo bem contar as reservas que têm liquidez, mas e os créditos do FAT, por exemplo, que contam a favor e só servem para pagar ações em prol do trabalhador?”, questionou.

O relator também criticou o fato de os recentes repasses do governo ao BNDES, de R\$ 100 bilhões, não serem contados na dívida líquida pelo governo. O ministro da Fazenda, no entanto, disse que, apesar de os recursos repassados estarem indisponíveis no momento, a contabilidade governamental presume que eles serão pagos e, por isso, são contados ao final como dívida.

LRF - O ministro também defendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), o que foi elogiado pelo deputado **Luiz Carlos Haully (PSDB-PR)**. Haully lembrou, no entanto, que o PT foi contrário à aprovação da lei, que limita os gastos de municípios, estados e da União.

Mantega disse que não apoia o projeto que procura flexibilizar a responsa-

bilidade fiscal, em análise no Senado. “Em nenhum momento nós violamos a lei, e pode até haver argumentos para flexibilizar um ou outro ponto, mas se você abrir a porta, ela pode ser escancarada, e tudo vai para o vinagre”, afirmou. Ele lembrou que, entre 2007 e 2009, a capacidade de endividamento dos estados foi aumentada em R\$ 35 bilhões, e a lei não impediu investimentos, inclusive em contratos com o Banco Mundial.

A deputada **Jô Moraes (PCdoB-MG)** e o deputado **Hugo Leal (PSC-RJ)** criticaram os baixos níveis de crescimento da economia. Mantega respondeu que um crescimento maior poderia ser induzido, mas não seria sustentável.

Veto a reajuste maior para aposentados

As negociações entre os líderes dos partidos na Câmara dos Deputados ainda não terminaram, mas o governo federal já sinaliza que não haverá espaço para um reajuste maior nos benefícios de quem recebe aposentadoria acima de um salário mínimo.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá vetar o aumento, caso o Congresso aprove

um valor superior ao estabelecido na Medida Provisória 475/09.

“Nós vamos indicar ao presidente o veto caso haja uma proposta com um valor maior do que 6,14%, que é a nossa proposta.”

Acima disso o Ministério da Fazenda vai sugerir ao presidente da República o veto”, destacou Mantega, em entrevista na Câmara antes de participar da audiência na CPI da Dívida Pública.

Projeto do governo que amplia margem de manobra de verbas do PAC gera polêmica

Janary Júnior

Menos de três meses após a entrada em vigor a lei orçamentária (Lei 12.214/10), o Executivo enviou ao Congresso um projeto que altera a norma, com o objetivo de ampliar a sua margem de movimentação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo a proposta (PLN 3/10), o governo poderá alocar livremente até 30% da dotação total do programa (o equivalente a R\$ 9,09 bilhões).

A medida garante que os recursos migrem de um projeto para o outro, contemplando os considerados prioritários ou que estiverem com a execução mais avançada, segundo o Ministério do Planejamento. O orçamento total do PAC para este ano é de R\$ 30,29 bilhões, mas só 28,5% foram empenhados e 2,6% efetivamente pagos até o momento.

Para o ministério, a mudança de percentual apenas retoma uma prática dos orçamentos de 2007 a 2009. No ano passado, por pressão da oposição, o Congresso mudou a regra, reduzindo o percentual para 25% e limitando o remanejamento sobre cada projeto, e não sobre o montante total do PAC. Ou seja, atualmente só pode ser usado livremente 1/4 do

preço de cada obra.

Acordo - A proposta será analisada agora na Comissão Mista de Orçamento. O assunto porém já está rendendo debates. Ontem, o deputado **Eduardo Sciarra (DEM-PR)** disse que a redução do percentual foi motivada por um acordo político celebrado antes da votação da proposta orçamentária, no final de dezembro do ano passado. Para ele, o envio do projeto cria um “constrangimento para os parlamentares”.

“Nos causa estranheza o envio desse PLN. Vamos discutir com muita profundidade a matéria assim que ela chegar à comissão”, avisou Sciarra. Para ele, o projeto dá muitos poderes ao Executivo. A oposição critica ainda a decisão de ampliar o remanejamento quando o percentual de execução do PAC é considerado baixo.

Revisão - O representante da liderança do governo na comissão, deputado **Gilmar Machado (PT-MG)**, disse que está aberto ao diálogo, mas o acordo feito em 2009



pode ser revisto. Ele lembrou que a mudança da regra (de 30% para 25% de cada obra) foi celebrada poucos minutos antes do encerramento dos trabalhos legislativos, no dia 22 de dezembro. Sob pressão do prazo constitucional, o governo cedeu às pressões do PSDB e do DEM.

Agora, segundo Machado, o assunto pode ser rediscutido. “Tivemos que fazer um entendimento faltando meia hora para a meia-noite. Precisamos dialogar sobre algumas coisas que foram ajustadas”, disse. Segundo o deputado, os ministérios da Fazenda e do Planejamento estão dispostos a tirar as dúvidas do parlamentares sobre a necessidade de aprovação do PLN 3.

O deputado enfatizou ainda que a proposta não pretende alterar o PAC, apenas dar mais liberdade para o governo decidir a alocação. “Não há obra nenhuma nova que será colocada com o remanejamento. Só haverá remanejamento dentro das obras que conhecemos amplamente e que todos aprovamos aqui”, afirmou.

Pinga-Fogo

Chuvas no RJ

Solange Amaral (DEM-RJ) agradeceu a solidariedade dos brasileiros às vítimas do Rio de Janeiro, que enfrentam problemas causados pelas fortes chuvas que atingiram o estado. No entanto, segundo a deputada, o governo federal tem sido incapaz de agir satisfatoriamente nas situações de emergência, como as ligadas às mudanças climáticas. Ela defendeu o projeto que cria a Agência Gerenciadora de Riscos, para intervir, de maneira articulada e sem burocracia, em favor de vítimas de catástrofes. Solange Amaral lembrou que o Japão e os Estados Unidos já possuem órgãos desta natureza para otimizar a assistência dos que estão em situação de risco.

Deslizamentos

Pedro Eugênio (PT-PE) manifestou sua solidariedade à população fluminense devido a perda de muitas vidas em deslizamentos de encostas. De acordo com o deputado, o descaso, somado à ausência de políticas públicas para as áreas de risco, foram responsáveis pelas catástrofes no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e São Paulo. O parlamentar citou, como exemplo a ser seguido, o programa Viva o Morro, que reduziu em 80% o número de mortes por deslizamentos em Pernambuco num prazo de 10 anos. Pedro Eugênio sugeriu a incorporação do programa ao PAC, para garantir o gerenciamento correto das áreas de risco no País.

Trabalhadores

Chico Lopes (PCdoB-CE) voltou a defender a aprovação da PEC 300/08, que cria um piso salarial nacional para os policiais militares e bombeiros, da proposta que prevê a constitucionalização da Polícia Penal, e do projeto que reduz a jornada de trabalho da enfermagem. Em sua opinião, as propostas vão assegurar melhores condições de trabalho e salários justos aos profissionais da segurança pública e da saúde, indispensáveis ao bem-estar da sociedade. Lopes registrou ainda os 284 anos de Fortaleza que, segundo ele, ocupa posição de destaque no Nordeste em razão dos avanços socioeconômicos garantidos pelo governo do Ceará.

PLENÁRIO

GILBERTO NASCIMENTO



Nelson Trad: sem a reforma política, cabe ao eleitor a escolha de mandatários com ficha limpa

Ao lamentar que a reforma política não tenha sido votada nesta legislatura, o deputado **Nelson Trad (PMDB-MS)** afirmou que o eleitor precisa, agora, assumir o papel de ser “o filtro que elimina os corruptos da vida parlamentar”. “Frustrou-se, para todos nós, a esperança de projetar e vivenciar tempos outros, de

participar do vindouro processo eleitoral com a perspectiva de saneamento da vida pública por obra e efeito de autêntica reforma política”, declarou.

Segundo o parlamentar, sem a reforma do sistema político, cabe aos eleitores escolher como mandatários os cidadãos “ficha limpa”, os que não têm por que temer a Justiça. “Se as regras permanecem falhas e predispostas a favorecer os infratores, se o sistema ainda consente o manejo pelos poderosos e grupos dominantes dentro dos partidos, se a ordem jurídica consegue conviver com normas que tutelam o abuso, se muitos intentam converter o aparato judiciário em valhacouto para os infratores, a ação saneadora só pode partir de uma única fonte: o eleitorado”, afirmou.

De acordo com Nelson Trad, os dirigentes dos partidos - os quais considera agremiações “controladas por oligarquias e sobrevivendo de fisiologismo” - esperam obter compensações pessoais a partir do êxito na “refrega eleitoral”. Segundo o parlamentar, algumas facções partidárias parecem-se, cada vez mais, com trampolim para seus quadros ou terceiros usufruírem

O eleitor precisa assumir o papel de ser o filtro que elimina os corruptos da vida parlamentar

posições ou vantagens ilícitas.

Legitimidade - Ao analisar o sistema político atual, Trad disse que a formação das estruturas de dominação a partir de agremiações partidárias está perdendo a autenticidade e a legitimidade, passando a servir aos interesses de suas lideranças e não aos da sociedade.

De acordo com o deputado, atualmente, os recursos financeiros cada vez mais decidem o sucesso de uma campanha. E quem os têm, acrescentou, geralmente os tira dos cofres públicos, antes ou depois da vitória nas urnas. “A evidência é que os corruptos se habituaram a mascarar suas grandes falcatruas, embora falhando em alguns raros momentos, quando os fatos vêm à tona, mas procurando saírem limpos, entre aspas, para os entevos eleitorais e novos mandatos”, disse.

Para Nelson Trad, hoje o mandato parlamentar tem se tornado “a couraça própria a que visam os desonestos, que apostam na impunidade e na morosidade da Justiça e se aproveitam da distorção do princípio da presunção de inocência”.

Pinga-Fogo

Plebiscito

Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA) defendeu a aprovação dos projetos que autorizam a realização de plebiscito que autoriza a criação dos estados de Tapajós e Carajás, por meio da revisão geopolítica do Pará. Segundo o deputado, a intenção é realizar o plebiscito apenas em 2011. O parlamentar enfatizou ainda a importância da manifestação democrática da população paraense na criação das duas unidades da Federação. “As dimensões do Pará inviabilizam o atendimento satisfatório das demandas da população, que sofre com a precariedade dos serviços públicos de saúde, educação e transporte”, argumentou.

Chuvas em Sergipe

Mendonça Prado (DEM-SE) mostrou solidariedade à população de Sergipe, especialmente da capital, Aracaju, que têm sido vítimas das fortes chuvas no estado nos últimos dias. O deputado destacou reportagem informando que, só no último fim de semana, choveu mais de 70% da média esperada para todo o mês de abril. Para o deputado, a ocorrência desses desastres revela também a inoperância das autoridades. Segundo ele, existem obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Aracaju que já deveriam ter sido entregues e permanecem atrasadas.

Policiais do DF

Laerte Bessa (PSC-DF) pediu ao governo federal que envie o quanto antes para o Congresso o projeto que realinha as carreiras dos policiais militares do Distrito Federal. O parlamentar alegou que a proposta está parada há mais de dois meses na Casa Civil. Segundo ele, o pagamento dos PMs é feito pelo GDF, por meio do Fundo Constitucional. No entanto, o realinhamento de carreira precisa ser votado pelo Congresso. Bessa defendeu ainda o projeto que transforma os agentes penitenciários em agentes de polícia, integrando-os ao corpo da Polícia Civil. “O combate às drogas deve ser uma prioridade hoje no DF, portanto são necessários mais policiais nas ruas para combater o tráfico e o uso do crack”, explicou.



GILBERTO NASCIMENTO

Luis Carlos Heinze destaca importância do agronegócio para a economia brasileira

O agronegócio exportou R\$ 72 bilhões em 2009, ressaltou o deputado **Luis Carlos Heinze (PP-RS)**, ao destacar a importância da agricultura para a economia brasileira. “Fala-se que a dívida externa foi paga graças ao setor primário, porque os demais setores exportadores da indústria e serviços não foram superavitários, mas a agricultura foi, ao longo desses últimos anos, a ponto de hoje termos mais de 240 bilhões de dólares de reservas cambiais”, disse.

De acordo com o parlamentar, do último ano do governo FHC até agora, a agricultura representou quase 100% do superávit. “Foi o agronegócio, o boi, a soja, o frango, o fumo; todos os setores que exportaram deram esse número para a balança comercial e estão ajudando a economia do nosso País”, informou o parlamentar, completando que quase 40% dos empregos do País vêm do agronegócio.

Para responder a críticas dos que avaliam o setor como ineficiente, o deputado informou que, em 1965, o País tinha 31 milhões de hectares com cultivo de grãos, e hoje tem 76 milhões, o que gerou um aumento de 145% na área plantada. Já a produção, em 1965, era de 19,9 milhões de toneladas contra 143 milhões hoje, acrescentou. “A eficiência aumentou em 618% a produção de grãos do País”, resumiu.

Heinze disse ainda que a produtividade, que há 45 anos era de 946 quilos/hectare, já está em 3 mil quilos/hectare. A produção de carne, que chegava 2,1 milhões de toneladas em 1965, agora é

de 23 milhões - 995% a mais.

O deputado ressaltou que o Brasil ocupa o primeiro lugar na produção e na exportação de açúcar, café e suco de laranja. Além disso, observou, o País é o maior exportador de álcool, tabaco, carne bovina e carne de franco.

Subsídio – “Enquanto norte-americanos, japoneses, chineses e europeus dão 500 bilhões de dólares por ano de subsídio para o produtor, no Brasil é o produtor que subsidia a sociedade”, comparou Heinze, que também protestou

Enquanto norte-americanos, japoneses, chineses e europeus dão 500 bilhões de dólares por ano de subsídio para o produtor, no Brasil é o produtor que subsidia a sociedade

contra a carga tributária brasileira, chamando atenção para o preço do fertilizante e do diesel que, segundo disse, são os mais caros do mundo.

O deputado gaúcho reclamou ainda da falta de apoio aos produtores do Rio Grande do Sul que perderam mais de 100 mil hectares com as chuvas no estado. “Não há recurso para essa gente, um plano de recuperação. Man-

dam para o Haiti 300 milhões de dólares. Não há problema, não sou contra que mande, mas vamos ajudar aqueles brasileiros que precisam”, disse.



GILBERTO NASCIMENTO

Consórcio da hidrelétrica de Estreito não respeita as comunidades atingidas por barragens, acusa Dutra

O deputado **Domingos Dutra (PT-MA)** acusou o Consórcio Estreito Energia (Ceste), concessionário da Usina Hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, de não respeitar as comunidades atingidas pelas águas da barragem. O Consórcio de Estreito é

constituído por quatro empresas: Alcoa, Vale, Camargo Corrêa e Renovar Energia. “Teremos que encontrar soluções urgentes para os problemas graves que atingem vazanteiros, barqueiros, baraqueiros, oleiros, agricultores familiares, pescadores, moradores de áreas de risco, enfim, uma gama de atingidos pelo empreendimento que não estão sendo atendidos até o momento”, afirmou.

Segundo o deputado, não há até agora uma política definitiva para os pescadores, que não estão pescando e passam fome. Isso, explicou, porque a barragem evita que os peixes subam. Além disso, observou, não há uma política para os agricultores familiares que vivem na beira do rio Tocantins e seus afluentes. “Boa parte dos vazanteiros, que secularmente vivem do trabalho de vazante à beira do rio, foi proibida de trabalhar e também passa fome”, afirmou.

Indenizações - Segundo Dutra, as indenizações que o consórcio impôs à grande maioria de proprietários e posseiros são irrisórias. Ele disse que há casos em que o hectare de terra, com todas as benfeitorias, está sendo indenizado no valor de R\$ 1,2 mil, enquanto que a Justiça Federal estabeleceu por hectare, só da terra nua, um valor superior a R\$ 4 mil.

O parlamentar disse esperar que o empreendedor cumpra os programas que ele assumiu para ter direito à licença prévia para construção da usina. “Nós queremos energia, mas tem de ser energia verdadeiramente limpa. E a energia que está sendo produzida nas hidrelétricas é suja, porque está sendo construída a partir do sofrimento, da exploração e da violência sobre comunidades tradicionais”, protestou.

Em 2005, disse o deputado, o consórcio apresentou 36 programas para conseguir licença prévia e a licença de instalação. Depois de quatro anos de licença prévia e quatro anos de licença de instalação, informou, o consórcio ainda não cumpriu as obrigações expressas na Constituição e as constantes dos programas apresentados ao Ibama.

Dutra lembrou ter sido realizada audiência pública para debater o assunto, mas nem o consórcio nem o governo compareceram. “Houve um mal-entendido, os ministros foram orientados a não comparecer àquela audiência, como se eu e o movimento dos atingidos tivéssemos qualquer intenção de desgastar o governo ou de fazer ato que viesse a colocar em xeque a posição do governo”, disse.

Anac admite falha de comunicação em liberação de aeroporto em Minas

Rachel Librelon

O superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Juliano Norman, afirmou que a polêmica criada pela decisão de liberar o aeroporto da Pampulha para voos nacionais ocorreu por causa de “um erro de comunicação da agência, que falhou ao não informar claramente sua intenção”. Norman participou de audiência pública ontem na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, em que ressaltou que a abertura do aeroporto foi a decisão certa a ser tomada. Em sua opinião, a abertura trará pouco efeito no movimento de passageiros no terminal.

Em 17 de março deste ano, a Anac publicou decisão anulando uma portaria da própria agência, de 2007, que limitava o uso do aeroporto da Pampulha a aeronaves de até 50 passageiros, em voos regionais ou para estados vizinhos. A justificativa para a anulação foi o conflito da portaria com a lei de criação da Anac (Lei 11.182). Enquanto a lei determina que a limitação dos aeroportos deve seguir exclusivamente critérios de segurança ou capacidade operacional, a portaria de 2007 teria sido editada com fins político-econômicos, como estratégia do governo estadual para o desenvolvimento regional.

A falta de informação sobre as causas da decisão da Anac foi criticada pelo presidente da comissão, deputado **Humberto Souto (PPS-MG)**. “Se o objetivo é não permitir a interferência política na operação dos aeroportos, a decisão foi correta, mas faltou comunicação”, disse.

Juliano Norman informou que a circulação na Pampulha está congelada até que sejam definidos, pela Aeronáutica e pela Infraero, os critérios técnicos para a exploração do aeroporto. Atualmente, segundo dados apresentados por Norman, a capacidade máxima do aeroporto da Pampulha é de aproximadamente 330 passageiros por hora no embarque e outros 330 no desembarque. Essa limitação, disse, será respeitada na exploração do terminal. A estimativa da Anac é que a abertura da Pampulha aumente em no máximo dez movimentos de pouso e decolagem por dia.

Decisão compromete aviação regional, dizem debatedores

Deputados e convidados contrários à decisão da Anac consideraram que a agência comprometeu os planos de integração regional desenvolvidos por Minas Gerais. O subsecretário de Desenvolvimento Econômico do estado, Luiz Antônio Athayde, afirmou que a nova regra contraria a prioridade dada pelo governo ao desenvolvimento da região do Aeroporto Tancredo Neves, em Confins, área metropolitana de Belo Horizonte. Além da construção de uma malha viária, o governo investiu na construção do centro administrativo do estado nas proximidades de Confins.

Athayde apontou ainda a existência de cerca de 130 inconformidades que vedam o uso do aeroporto de Pampulha para

pousos e decolagens de aviões de grande porte. Segundo ele, o aeroporto, construído na década de 30, não tem condições de ser ampliado. Além disso, argumentou, os voos nacionais prejudicariam as linhas com destino às pequenas cidades mineiras. Ele destacou ainda que o estado teve esforço logístico para, ao longo dos últimos dois anos, transferir as linhas nacionais para o aeroporto de Confins, mantendo apenas os regionais na Pampulha.

O subsecretário do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, Célio Alberto de Lima, também criticou a decisão da Anac. Ele ressaltou que a estrutura existente desde 2007 favorecia a expansão

industrial da região de Confins, e que a mudança criou um impasse para uma situação que já estava resolvida. “A Anac tomou uma decisão que não acompanha as preocupações com o desenvolvimento econômico”, afirmou o autor do requerimento da audiência pública, deputado **João Bittar (DEM-MG)**.

Já o deputado **Leonardo Monteiro (PT-MG)** classificou como “inconcebível” a possibilidade de trazer o tráfego de Pampulha para Confins. Na avaliação dele, não há embasamento político na decisão. Para o deputado **Miguel Martini (PHS-MG)**, a Anac errou ao decidir liberar a tráfego aéreo na Pampulha sem estar em sintonia com órgãos de governo.

BRIZZA CAVALCANTE



Deputados e convidados contrários à decisão da Anac consideraram, durante o debate, que a agência comprometeu os planos de integração regional e de desenvolvimento da região de Confins

PLENÁRIO



Privatização da Infraero pode modernizar a aviação nacional, avalia Paes Landim

Ao avaliar que a privatização da Infraero pode modernizar o funcionamento dos aeroportos do País, o deputado **Paes Landim (PTB-PI)** afirmou em Plenário que, em sua análise, a estatal funciona “como se lá trabalhassem funcionários públicos já cansados da sua faina burocrática”. Para Landim, a Infraero faz contratos caríssimos de prestação de serviços, e essas empresas, às vezes, contratam empregados sem qualificação profissional para pagar o preço barato dos seus serviços e, em compensação, ter mais lucros com a Infraero.

“Se tivéssemos uma empresa pública eficiente no nível da Petrobras ou da Eletrobrás, eu não estaria aqui dando razão à revista *Veja*”, afirmou, referindo-se à reportagem *O insuportável peso de voar*, na qual a revista defende a privatização dos aeroportos como solução para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

O deputado propôs que a Câmara crie uma comissão para estudar a situação dos

aeroportos do Brasil e disse esperar que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, tome as providências cabíveis no caso. “Lembro ao ministro a necessidade imperiosa de cumprir a mensagem da sua posse, sobre o restabelecimento da aviação regional no Brasil, destruída depois da morte anunciada da Varig”, afirmou.

Na avaliação de Paes Landim, a reportagem da *Veja* é uma contribuição para reflexão da Infraero. “Quando a estatal se apega ao estatuto de empresa pública e não se areja, ela atrasa a modernização dos aeroportos do Brasil”, avaliou.

Como exemplo dos maus serviços prestados pela Infraero, Landim citou a ampliação da pista do Aeroporto de Parnaíba em 400 metros. Segundo ele, as obras foram feitas com dois anos de atraso e, até agora, o aeroporto trabalha praticamente sem energia. “É preciso que a Infraero, que às vezes só pensa em lucro, também não se esqueça de que, sendo uma empresa pública, tem

que ter eficiência e produtividade”, defendeu.

Judiciário - Paes Landim também esclareceu ao presidente em exercício da Associação de Magistrados do Piauí, José Airton de Souza, que, ao defender que o processo eleitoral seja de responsabilidade da Justiça Federal e relatar reclamações de vários estados a respeito da ausência de juizes nas suas comarcas, não teve como objetivo desprestigar a Justiça do Piauí. “Eu tenho feito aqui abordagem da justiça estadual de maneira genérica”, explicou.

O deputado lembrou ainda ter sido o autor do dispositivo constitucional que obriga o juiz a residir em sua comarca. Em seu entendimento, além de a presença do juiz na comarca ser importante para que ele decida as pendências a ele submetidas, ela representa “um marco psicológico da maior importância para o equilíbrio social de uma comunidade”.

Sistema Nacional de Cultura é aprovado com previsão de mais recursos para o setor

Vania Alves

A comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 416/05, que institui o Sistema Nacional de Cultura, aprovou ontem o substitutivo do deputado **Paulo Rubem Santiago (PDT-PE)** ao texto. A principal modificação foi a inclusão de dispositivo que estabelece como um dos princípios do sistema “a ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura”. De autoria do deputado **Paulo Pimenta (PT-RS)**, a PEC segue para votação em dois turnos no Plenário.

De acordo com o relator, o texto está em harmonia com um conjunto de propostas já aprovadas ou que estão em tramitação no Congresso, como o PL 6835/06 (Plano Nacional de Cultura), o PL 5798/09 (Vale-Cultura) e a PEC 150/03, que vincula recursos orçamentários à cultura. Esta última está pronta para ser votada em Plenário e obriga a União a destinar 2% de seu orçamento ao setor; os estados, pelo menos 1,5%; e os municípios, no mínimo 1%.

Integração - Os recursos vindos do setor público devem se somar, segundo Paulo Rubem, às verbas provenientes do incentivo fiscal da Lei Rouanet, que também está sendo revista. Assim, diz o deputado, será possível tirar do papel o discurso de que a cultura é importante.

Pelo texto, o Sistema Nacional de Cultura terá as responsabilidades divididas entre União, estados e municípios, funcionando de forma semelhante ao Sistema Nacional de Saúde (SUS).

Depois de homenagear inúmeros artistas brasileiros, como mestre Vitalino, Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro, Paulo Rubem Santiago afirmou que a cultura nacional, mesmo sem um sistema efetivo de apoio, já é exuberante a ponto de atrair a admiração de todo o mundo, e agora poderá se superar.

Sistema frágil - Para o deputado **José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG)**, a integração poderá corrigir uma situação que, em sua opinião, é inadmissível: o fato de menos de 5% dos municípios brasileiros terem órgãos responsáveis pela cultura. Na avaliação de **Professor Sétimo (PMDB-MA)**, mesmo com a expectativa de avanços no setor, a cultura só chegará efetivamente a todos os segmentos e classes sociais se houver a municipalização do sistema, com o repasse direto dos recursos aos municípios. Presidente da comissão especial, o deputado **Maurício Rands (PT-PE)**, destacou a ampla participação da sociedade na elaboração do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura.

MST cobra mudanças no modelo de reforma agrária e direitos no campo

Rodrigo Bittar

O líder nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, defendeu ontem na Câmara dos Deputados uma mudança no modelo de reforma agrária brasileiro, sob o argumento de que a “simples distribuição de terra” não atende mais aos interesses do movimento, que cobra uma série de direitos que não estariam sendo respeitados pelas políticas públicas nacionais.

Entre esses direitos, Stédile listou a instalação de agroindústrias para a produção dos assentamentos; mudanças nas técnicas agrícolas - com restrição ao uso de grandes máquinas que “privilegiam as maiores propriedades e expulsam o homem do campo”, e de “venenos” como defensivos - ; o combate à concentração da produção agropecuária; e a garantia de educação para a população rural.

Stédile participou de audiência pública da Comissão de Legislação Participativa da Câmara sobre a criminalização dos movimentos sociais e sugeriu que o Estado comece a desapropriação de terras pelas propriedades com dívidas com o setor público, “griladas, com funcionários em situação análoga à escravidão ou aquelas compradas irregularmente por empresas estrangeiras”.

A audiência foi realizada um dia depois de a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) pedir ao Ministério da Justiça a mobilização de forças policiais para impedir invasões promovidas pelo MST.

‘Abril Vermelho’ - João Pedro Stédile identificou momentos históricos em que o Brasil poderia ter mudado a estrutura fundiária, mas, conforme observou, preferiu preservar o quadro social vigente. O último desses momentos, segundo ele, foi no início do governo Sarney (1985/1989), quando o Incra tentou resgatar o projeto de reforma agrária elaborado por Celso Furtado no governo João Goulart (1961/1964), mas não avançou. O representante do MST também justificou o aumento de ocupações de terras improdutivas ocorridas sempre neste mês, o chamado “Abril Vermelho”, lembrando que a data é uma homenagem aos 19 trabalhadores que morreram em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, no Pará. Desde a redemocratização do País, em 1985, mais de 1.600 trabalhadores rurais, segundo Stédile, foram mortos a mando de latifundiários, e só



João Pedro Stédile, ao lado do presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta, propôs políticas públicas para a população rural, como educação nos assentamentos

oito responsáveis foram presos.

Mais debates - O presidente da Comissão de Legislação Participativa e autor do requerimento para a realização da audiência, deputado **Paulo Pimenta (PT-RS)**, disse que a criminalização dos movimentos sociais pode ser revertida se o debate sobre o assunto for público e sistemático. “A punição de quem pratica violência contra os sem-terra é baixíssima e revela a necessidade de uma postura mais vigilante da sociedade.”

Mídia - Coordenador da Frente Parlamentar da Terra, o deputado **Dr.**

Rosinha (PT-PR) disse que as elites criminalizam os movimentos sociais para impedir mudanças importantes na distribuição de renda. Ele criticou especialmente a cobrança feita ao MST para que se torne um movimento oficial, com estatuto registrado em cartório e com a responsabilização de seus líderes por eventuais ilegalidades do movimento. Como exemplo, o deputado citou a invasão da fazenda da Cutrale - ocorrida no fim do ano passado -, explicando que jornais e TVs divulgaram imagens dos manifestantes derrubando pés de laranja, sem citar que a terra havia sido grilada pela empresa.

Já **Duarte Nogueira (PSDB/SP)** criticou o argumento de que falta terra para reforma agrária. “Temos mais de 84,3 milhões de hectares à disposição.

Portanto, é um discurso que não se sustenta. Os próprios representantes desses movimentos sociais - não são todos - destruíram alguns meses atrás

“A punição de quem pratica violência contra os sem-terra é baixíssima e revela a necessidade de mais vigilância pela sociedade”
Deputado Paulo Pimenta

pesquisas da iniciativa pública e privada e aqui vêm defender a educação. Entramos no debate para cobrar dessa gente coerência”. Para o deputado, a ação da CNA é nada mais do que um “re-crudescimento em função do que está sendo provocado pelo MST”.

Censo agropecuário - Professor de Sociologia da Universidade de Brasília, Sérgio Sauer afirmou que é “falho” falar em criminaliza-

ção dos movimentos sem levar em conta o contexto socioeconômico do País. Sauer citou dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE para ressaltar que a concentração da propriedade rural no Brasil foi mantida nas últimas décadas.

“Imóveis rurais com área inferior a 10 hectares representam quase 48% de todos os imóveis cadastrados, mas não alcançam 3,5% de todas as terras cadastradas. Já as propriedades acima de mil hectares - cerca de 47 mil imóveis, ou 0,9% do total - detêm quase 45% de todas as terras. Temos um processo permanente de concentração da terra no Brasil. Esse é o dado que justifica parte significativa dos movimentos sociais agrários e do MST em particular”, ressaltou Sauer, que também criticou a campanha deflagrada pela CNA.